PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
CNPJ 84.139.633/0001-75

LEI Nº 444/2019, DE 02 DE JULHO DE 2019.

Publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás no dia 02 / 07 / 2019
Alessandro Chaves Laurentino
Secretário de Administração
Portaria Nº 298/2019

49,98

"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2020 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de ELDORADO DO CARAJÁS, Estado do Pará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei faz saber que o poder legislativo aprovou e ele sanciona e manda que publique a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; e na Lei Orgânica do Município de ELDORADO DO CARAJÁS, as diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município, relativas ao exercício de 2020, compreendendo as:

I - prioridades e metas da administração pública municipal;
II - metas e riscos fiscais;
III - diretrizes gerais para o orçamento;
IV - disposições sobre alterações na legislação tributária;
V - disposições relativas à dívida pública municipal; e
VI - disposições finais.

Art. 2º. As metas fiscais para o exercício financeiro de 2020, estão especificadas no Anexo de Metas Fiscais integrantes desta Lei, as quais terão asseguradas a alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020.

§ 1º A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no caput deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal; e
IV - conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º Poderá ser procedida a adequação das metas e prioridades de que trata o caput deste artigo se, durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2020, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos, mediante o envio da competente Mensagem na forma do art. 34 desta Lei.

Art. 3°. Integram esta Lei os Anexos referenciados nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000(ANEXO I – RISCOS FISCAIS e ANEXO II – METAS FISCAIS).

Parágrafo Único - A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 4°. Estão discriminados, em Anexo integrante desta Lei, os Riscos Fiscais, nos quais são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Art. 5°. O Projeto de Lei Orçamentária Anual, que compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social, será elaborado conforme as diretrizes, os objetivos e as metas que serão estabelecidas no Plano Plurianual 2018-2021, e nesta Lei (ANEXO III – PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO PARA O EXERCÍCIO DE 2020), observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101/ 2000.

Art. 6°. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual e nos quadros que o integram, serão elaboradas a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada.

Art. 7°. O Poder Executivo colocará à disposição da Câmara Municipal, no mínimo trinta dias antes do prazo final para o encaminhamento de sua proposta orçamentária, a estimativa da receita, inclusive a corrente líquida, para o exercício subsequente, acompanhada da respectiva memória de cálculo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101 /2000.

Art. 8°. A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

I - realização de receitas não previstas;
II - disposições legais em nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas;

III - adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa, nos casos em que é dispensado de autorização legislativa.

Parágrafo Único - A adequação da despesa à receita, de que trata o caput deste artigo, decorrente de qualquer das situações previstas nos incisos I, II e III, implicará a revisão das metas e prioridades para o exercício de 2020, da qual será dada a devida publicidade.

Art. 9°. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5° do art. 165 da Constituição Federal; na Lei Orgânica do Município; e no art. 2°, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n° 4.320, de 1964, e será composto de:

I - texto da lei;

II - resumo da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;

III - resumo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, segundo a origem dos recursos;

IV - resumo da despesa por função, segundo a origem dos recursos;

V - resumo da despesa por Poderes e Órgãos, segundo a origem dos recursos;

VI - resumo do quadro geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VII - quadro geral da receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por categoria econômica e natureza da receita, segundo a origem dos recursos;

VIII - demonstrativo da receita por órgão;

IX - quadro geral da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão, segundo os grupos de natureza da despesa e fonte de recursos;

X - quadro geral da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder e Órgão, segundo as categorias de

programação, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação;

XI - consolidação dos quadros orçamentários.

§ 1° Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso XI deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III e parágrafo único, da Lei Federal n° 4.320, de 1964, os seguintes quadros:

I - demonstrativos por área de resultado;

II - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

III - evolução da receita do Tesouro Municipal por categoria econômica e natureza da receita;

IV - evolução da despesa do Tesouro Municipal por categoria econômica e grupos de natureza da despesa;

V - demonstrativo da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão e função;

VI - demonstrativo da receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por categoria econômica e seus desdobramentos;

VII - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2° do art. 2° da Lei Federal n° 4.320, de 1964;

VIII - consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, segundo a categoria econômica, apresentados em ordem numérica;

IX - demonstrativo de função, sub função e programa por projeto, atividade e operação especial;

X - demonstrativo de função, sub função e programa por categoria econômica;

XI - demonstrativo de função, sub função e programa conforme o vínculo com os recursos;

XII - demonstrativo da despesa de pessoal e encargos sociais por Poder, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar n° 101/2000, acompanhado da memória de cálculo, não podendo exceder os limites estabelecidos na legislação aplicável;

XIII - demonstrativo da aplicação anual dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal e dos Arts. 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,bem como a aplicação dos recursos do FUNDEB, detalhando naturezas da receita e valores por categorias de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação;

XIV - demonstrativo da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, por categoria de programação, grupos de natureza da despesa e modalidade de aplicação, conforme Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, e Arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

XV - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação, do grupo de natureza da despesa, da modalidade de aplicação e do orçamento a que pertencem; e

XVI - demonstrativo dos projetos, por categoria de programação, que serão desdobrados em produtos e subtítulos, sempre que possível.

§ 2º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro da Prefeitura nos últimos dois anos e cenário para o exercício a que se refere a proposta;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - demonstrativo da memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada interna e externa, com o respectivo cronograma anual de vencimentos;

VI - relação das ordens precatórias a serem cumpridas com as dotações para tal fim constantes da proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do § 5º do art. 100 da Constituição Federal;

VII - demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com as metas fiscais, de acordo com o inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 101/ 2000;

VIII - demonstrativo dos projetos selecionados mediante o processo de elaboração orçamento em consonância com o PPA ;

§ 3º Os programas do governo serão detalhados por órgão da Administração Direta, Indireta e Fundacional, conforme o inciso III do § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e a Lei Orgânica do Município.

§ 4º Os documentos referidos nos incisos deste artigo e nos do seu § 1º serão encaminhados em meio eletrônico, juntamente com o original impresso autografado pelo Prefeito, na forma em que se constituirá na Lei de Orçamento, após aprovação pela Câmara Municipal.

§ 5º O Poder Executivo enviará, também, à Câmara Municipal, juntamente com os documentos referidos no § 4º e igualmente em meio eletrônico, a despesa discriminada por elemento de despesa, com a finalidade exclusiva de subsidiar a análise do Projeto de Lei Orçamentária.

§ 6º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, bem como seus anexos, será disponibilizada à Câmara Municipal em meio eletrônico, juntamente com o original impresso e autografado pelo Prefeito.

§ 7º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, bem como seus anexos, será disponibilizada pelo Poder Executivo na internet.

Art. 10. O Projeto de Lei Orçamentária Anual atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2020, que compreende os gastos com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e custeio de manutenção dos órgãos municipais.

Art. 11. O Projeto de Lei Orçamentária Anual terá sua despesa discriminada por:

I - Unidade Orçamentária;

II - Função;

III – Sub função;

IV - Programa;

V - Atividade, Projeto e Operação Especial;

VI - Subtítulo;

VII - Esfera de Governo;

VIII - Fonte de Recursos;

IX - Categoria Econômica;

X - Grupo de Natureza da Despesa; e

XI - Modalidade de Aplicação.

§ 1º Os conceitos de função, sub função, programa, atividade, projeto e operação especial são aqueles dispostos na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas de resultado, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual por programas, atividades, projetos ou operações especiais e poderão ser desdobradas em subtítulos.

§ 4º O subtítulo é o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação.

§ 5º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§ 6º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub função às quais se vinculam.

§ 7º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação são aqueles dispostos pela Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal .

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária e por unidade gestora, detalhada por categoria de programação, com as suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, expressa por categoria econômica, indicando-se para cada uma, os grupos de natureza da despesa a que se refere, observando as normas relativas ao assunto em tela editadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/Pa.

Art. 13. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação do Poder Legislativo, do Poder Executivo, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações que forem instituídas e vierem a ser mantidas pelo Poder Público.

Art. 14. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas de assistência social, previdência social e saúde, obedecerá ao definido nos arts. 165, § 5°, III, 194, 195, §§ 1° e 2°, e 198, § 2°, III, da Constituição Federal; nos termos da Lei Orgânica do Município, e contará, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos Órgãos, Fundos e Entidades que integram exclusivamente esse orçamento.

Art. 15. O Orçamento da Seguridade Social discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Art. 16. A abertura de créditos adicionais suplementares, nos termos estabelecidos em lei, mediante o cancelamento total ou parcial de dotações, por grupos de natureza da despesa, deverá visar à otimização dos objetivos das atividades-meio ou à viabilização dos resultados almejados nos programas e ser justificada sempre que as alterações afetarem a programação finalística do governo, discriminada no Anexo de Metas Fiscais, na forma do art. 2°.

Art. 17. Na programação de novos investimentos dos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundos e Fundações, serão observadas as seguintes determinações do § 5° do art. 5° e do art. 45 da Lei Complementar n° 101/2000:

I - a conservação do patrimônio público e os investimentos em fase de execução terão preferência sobre os novos projetos; e

II - não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotação destinada aos investimentos em andamento.

Art. 18. As despesas obrigatórias de caráter continuado definidas no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e as despesas relativas a projetos em andamento, cuja autorização de despesa decorra de relação contratual anterior, serão reempenhadas nas dotações próprias ou, em casos de insuficiência orçamentária, mediante transposição, remanejamento ou transferência de recursos, nos termos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

Art. 19. A execução orçamentária e financeira da despesa poderá ser efetuada de forma descentralizada, para atender à necessidade de otimização administrativa visando à consecução de um objetivo comum que resulte no aprimoramento da ação de Planejamento de Governo.

Parágrafo Único - No caso da descentralização de créditos entre órgãos, a medida deverá ser explicitada e estipuladas as obrigações recíprocas por meio de Deliberação ou Portaria de Descentralização Orçamentária.

Art. 20. Após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo divulgará, por unidade orçamentária de cada Órgão, Fundo e Entidade que integram os orçamentos de que trata esta Lei, o detalhamento da despesa, especificando para cada categoria de programação e grupos de natureza da despesa, os respectivos desdobramentos, para fins de execução orçamentária.

Art. 21. O detalhamento da despesa da Câmara Municipal, para fins de execução orçamentária, será aprovado e estabelecido por ato próprio de seus dirigentes, obedecidas as dotações constantes da Lei Orçamentária.

§ 1º O Poder Legislativo fica autorizado a realizar aberturas de créditos adicionais suplementares, eventualmente necessários, durante o transcurso do exercício financeiro mediante remanejamento de suas próprias dotações.

§ 2º Os créditos adicionais suplementares citados no § 1º serão abertos por atos próprios do Presidente do Poder Legislativo.

Art. 22. A Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020, conterá dotação para reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal equivalente a R$ 1.210.881,00 (hum milhão duzentos e dez mil e oitocentos e oitenta e um reais), que poderá ser utilizada para abertura de créditos adicionais e para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos imprevistos.

Art. 23. O Poder Executivo e o Poder Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e

encargos sociais o disposto na norma constitucional e nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, e a despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos na legislação vigente sobre a matéria.

Parágrafo Único - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa com pessoal.

Art. 24. Com a proposta orçamentária, será encaminhado quadro contendo o quantitativo de pessoal por unidade administrativa da estrutura básica dos órgãos da Administração Pública.

Parágrafo Único - Para cumprimento do disposto no caput deste artigo, os órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, bem como a Câmara Municipal, remeterão dados à Secretaria Municipal de Planejamento, com as respectivas propostas orçamentárias.

Art. 25. O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, regularmente apresentados até 1º de julho de 2019 para pagamento no exercício de 2020, conforme determinações do § 5º do art. 100 da Constituição Federal, discriminados por Órgão da Administração Direta, Autarquias e Fundações, e por grupos de natureza da despesa.

Parágrafo Único - Deverá ainda constar do Projeto de Lei Orçamentária, de forma destacada dos precatórios contidos no caput, a relação dos débitos resultantes dos parcelamentos de precatórios de exercícios anteriores.

Art. 26. A atualização monetária dos precatórios, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs 4357 e 4425, e das parcelas resultantes da aplicação do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias observará, no exercício de 2020, inclusive em relação às causas trabalhistas, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E.

Art. 27. A Lei Orçamentária destinará dotação específica para pagamento dos débitos consignados em requisições judiciais de pequeno valor, na forma preconizada no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, bem como no inciso II do art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 28. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais suplementares, de quaisquer recursos do Município, para clubes e associações de servidores, e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas

sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, firmada por três autoridades locais, emitida no exercício de 2020, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Art. 29. As propostas de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, e os artigos desta Lei, somente poderão ser apreciadas se apresentadas com a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei e a indicação dos recursos compensatórios correspondentes.

Art. 30. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 ou aos projetos de lei que modifiquem a Lei Orçamentária Anual devem atender às seguintes condições:

I - serem compatíveis com o Plano Plurianual e com as diretrizes e disposições desta Lei;

II - indicarem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa;

III - não serão admitidas anulações de despesa que incidam sobre dotações para:

a) pessoal e encargos sociais; e

b) serviço da dívida.

Art. 31. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão considerar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica, despesas

financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de empréstimos internos e externos.

Art. 32. Por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 33. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos Projetos de Lei Orçamentária enquanto não estiver iniciada a segunda votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 34. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a austeridade necessária à obtenção das metas de resultado primário e nominal, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar nº 101/ 2000.

Parágrafo Único - As metas bimestrais de realização de receitas serão divulgadas no mesmo prazo do caput deste artigo e nos termos das determinações constantes do art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 35. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, a redução far-se-á de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" do Poder Executivo, do Poder Legislativo, observada a programação prevista para utilização das respectivas dotações.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, de precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 2º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal, o montante que caberá a cada um destes na limitação do empenho e na

movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo, bem como das premissas e da justificativa do ato.

§ 3º O Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão divulgar os ajustes processados, discriminados por órgão.

§ 4º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição far-se-á obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 36. Os métodos e processos de controle de custos serão praticados em todos os órgãos da Administração Municipal, através de regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Na proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020, as categorias de programação por meio das quais serão executadas as despesas referentes aos projetos e às atividades-fim, deverão estar estruturadas de forma a permitir a efetiva contabilização dos custos das ações do Plano Plurianual cuja execução ocorra naquele exercício.

Art. 37. Em razão de eventuais descontinuidades de política econômica, o Poder Executivo poderá enviar Mensagem reavaliando os parâmetros relativos às metas fiscais até o prazo de que tratam o § 5º do art. 166 da Constituição Federal.

Art. 38. Salvo as legalmente definidas como sigilosas, o Poder Executivo, para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, tornará disponíveis na internet, para acesso de toda sociedade, no mínimo, as seguintes informações:

I - os Planos Plurianuais, Orçamentos e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - as Prestações de Contas e respectivos Pareceres Prévios;

III - o Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e

IV - o Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 39. As receitas serão estimadas e discriminadas de duas formas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal; e

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de Projetos de Lei encaminhados à

Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício de 2019, especialmente sobre:

a) reavaliação das alíquotas dos tributos;

b) critérios de atualização monetária;

c) aperfeiçoamento dos critérios para correção dos créditos do Município recebidos com atraso;

d) alteração nos prazos de apuração, arrecadação e recolhimento dos tributos;

e) extinção, redução e instituição de isenções de incentivos fiscais;

f) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social;

g) revisão da legislação sobre Taxas; e

h) concessão de anistia e remissões tributárias.

Art. 40. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 40 ou estas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará os ajustes necessários, mediante decretos, na hipótese de previsão de despesa na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único - Os decretos referidos no caput deste artigo deverão informar o impacto dos ajustes necessários sobre as metas e prioridades da Administração.

Art. 41. Na aplicação de lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira dever-se-á observar a devida anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mesmo exercício, respeitadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 42. A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da despesa com a dívida contratual e com o refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

Art. 43. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2019, sua programação poderá ser executada, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um

doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes da proposta orçamentária.

§ 1° Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas de assistência social, previdência social, saúde, esportes e educação, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2° Não será interrompido o processamento de despesas com investimentos em andamento.

Art. 44. Respeitado o disposto no art. 22 da Lei Complementar n° 101, de 2000, a concessão de vantagens e aumentos de remuneração, a criação de cargos e mudanças de estruturas de carreiras e admissão de pessoal ficam condicionadas à disponibilidade de dotação orçamentária suficiente para atender às projeções e aos acréscimos dela decorrentes.

§ 1° Fica o Poder Executivo autorizado a elaborar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Administrativos da Prefeitura Municipal de ELDORADO DO CARAJÁS e de outros órgãos da Administração Indireta e Fundacional.

§2° Fica o Poder Executivo autorizado a revisar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Educação.

§3° Fica o Poder Executivo autorizado a revisar/implementar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Saúde.

§4° Fica o Poder Executivo autorizado a revisar o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de ELDORADO DO CARAJÁS.

Art. 45. A Lei Orçamentária Anual, deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares no percentual de 50% (cinquenta por cento) para o Poder Executivo e 100% (cem por cento) para o Poder Legislativo do total do orçamento do Município (art. 5°, III da LRF), e o percentual de 70% (setenta por cento), para remanejamento de dotações orçamentárias de ambos os poderes.

§ 1° Para cumprimento das determinações do §3° do art. 16 da Lei Complementar n° 101/2000, são consideradas irrelevantes as

despesas inferiores aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 46. Será aberto crédito suplementar em favor do Poder Legislativo tão logo sejam divulgadas as diferenças correspondentes a eventual excesso de arrecadação em relação à previsão da Receita Tributária e das Transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizadas até 31 de dezembro de 2019, de modo a alcançar, até o final do exercício financeiro de 2020, o limite de 7% (sete pontos percentuais) do valor previsto no art. 29-A, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 47. A Lei Orçamentária Anual fixará as despesas com publicidade para o exercício de 2020, de acordo com o estabelecido na Constituição Estadual e não excederão, no âmbito de cada Poder , a 1% (um por cento) do valor total do orçamento, devendo também, ser observado os demais diplomas legais que regulam a matéria.

Art. 48. Integram a presente Lei de Diretrizes Orçamentárias o anexo de riscos fiscais (Anexo I), os anexos de metas fiscais (Anexo II) e o anexo de programas e ações de governo para o exercício financeiro de 2020(Anexo III).

Art. 49. O Poder Executivo buscará o aprimoramento do processo da participação e controle social do Orçamento Cidadão para definição das prioridades de investimento, ampliação e aperfeiçoamento da participação da sociedade civil na gestão da cidade, melhoria da articulação das instâncias participativas e aumento da integração com os instrumentos de planejamento e gestão, garantindo a transparência, a justiça social e a excelência da gestão pública democrática, participativa e eficiente.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, em 02 de julho de 2019.

CÉLIO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal de Eldorado do Carajás

ANEXO I - LDO 2020 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF (LRF, art 4°, § 3°)

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	1.000.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir de Reserva de Contingência e/ou abertura de Créditos Adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discrionárias	1.000.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			0,00
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			0,00
Assistências Diversas			0,00
Outros Passivos Contingentes	500.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir de Reserva de Contingência e/ou abertura de Créditos Adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discrionárias	500.000,00
SUBTOTAL	**1.500.000,00**	**SUBTOTAL**	**1.500.000,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação da Arrecadação	1.000.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir de Reserva de Contingência e/ou abertura de Créditos Adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesas discrionárias	1.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			0,00
Outros Riscos Fiscais			0,00
SUBTOTAL	**1.000.000,00**	**SUBTOTAL**	**1.000.000,00**
TOTAL	**2.500.000,00**	**TOTAL**	**2.500.000,00**

CÉLIO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal de Eldorado do Caraiás

ANEXO II - LDO 2020 -AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2017	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	65.000.000,00	68.299.875,00	77.177.831,14	4,20	82.952.520,94	4,00	88.955.792,92	4,00	92.514.024,64	4,00
Receitas Primárias (I)	64.664.500,00	68.013.875,00	72.979.356,00	4,20	79.302.610,02	4,00	82.458.962,00	4,00	85.757.320,48	4,00
Despesa Total	65.000.000,00	68.299.875,00	77.177.831,14	4,20	82.952.520,94	4,00	88.955.792,92	4,00	92.514.024,64	4,00
Despesas Primárias (II)	64.600.000,00	66.890.525,00	71.003.604,00	4,20	77.182.450,00	4,00	81.056.821,00	4,00	84.299.093,84	4,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	64.500,00	1.123.350,00	1.975.752,00	4,20	2.120.160,02	4,00	1.402.141,00	4,00	1.458.226,64	4,00
Resultado Nominal	-335.500,00	423.350,00	441.130,70	4,20	458.775,92	4,00	477.126,96	4,00	496.212,04	4,00
Dívida Pública Consolidada	2.500.000,00	2.612.500,00	2.722.225,00	4,20	2.831.114,00	4,00	2.944.358,57	4,00	3.062.132,91	4,00
Dívida Consolidada Líquida	2.500.000,00	2.612.500,00	2.722.225,00	4,20	2.831.114,00	4,00	2.944.358,57	4,00	3.062.132,91	4,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2017	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	63.082.500,00	65.226.380,63	73.936.362,23	4,20	79.634.420,10	4,00	85.397.561,20	4,00	88.813.463,65	4,00
Receitas Primárias (I)	62.756.897,25	64.953.250,63	69.914.223,05	4,20	76.130.505,62	4,00	79.160.603,52	4,00	82.327.027,66	4,00
Despesa Total	63.082.500,00	65.226.380,63	73.936.362,23	4,20	79.634.420,10	4,00	85.397.561,20	4,00	88.813.463,65	4,00
Despesas Primárias (II)	62.694.300,00	63.880.451,38	68.021.452,63	4,20	74.095.152,00	4,00	77.814.548,16	4,00	80.927.130,09	4,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	62.597,25	1.072.799,25	1.892.770,42	4,20	2.035.353,62	4,00	1.346.055,36	4,00	1.399.897,57	4,00
Resultado Nominal	-325.602,75	404.299,25	422.603,21	4,20	440.424,88	4,00	458.041,88	4,00	476.363,56	4,00
Dívida Pública Consolidada	2.426.250,00	2.494.937,50	2.607.891,55	4,20	2.717.869,44	4,00	2.826.584,22	4,00	2.939.647,59	4,00
Dívida Consolidada Líquida	2.426.250,00	2.494.937,50	2.607.891,55	4,20	2.717.869,44	4,00	2.826.584,22	4,00	2.939.647,59	4,00

Indices de Inflação Estimados	
Ano	(%)
2017²	2,95
2018²	4,50
2019²	4,20
2020²	4,00
2021²	4,00
2022²	4,00

CELIO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal de Eldorado do Carajas

Órgão: 10 - Prefeitura de Eldorado dos Carajas

Função: 03 - Essencial à Justiça

Subfunção: 092 - Representação Judicial e Extrajudicial

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2018 - Funcionamento da Procuradoria Geral

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 157.414,53

Função: 04 - Administração

Subfunção: 121 - Planejamento e Orçamento

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2019 - Funcionamento da Secretaria de Planejame nto e Gestão

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 559.063,76

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0011 - Habitação

Ação.....: 2008 - Manutençãodo Departamento de Terras

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 33.783,58

Programa: 0018 - Segurança Pública

Ação.....: 2003 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 143.852,66

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2001 - Apoio aos Serviços e Órgãos da Esfera Estadual

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 46.861,09

Ação.....: 2002 - Funcionamento do Gabinete do Prefeito

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 1.771.276,73

Ação.....: 2004 - Contribuições à Associações de Municípios

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 66.598,46

Ação.....: 2005 - Funcionamento da Secretaria de Administração

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 4.411.118,39

Ação.....: 2023 - Funcionamento da Ouvidoria Municipal

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 77.738,56

Subfunção: 123 - Administração Financeira

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2007 - Funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 1.716.060,55

Subfunção: 124 - Controle Interno

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2017 - Funcionamento da Controladoria Geral do Município

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 75.074,62

Subfunção: 131 - Comunicação Social

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2006 - Manutenção do Setor de Comunicação Geral

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 52.310,06

Subfunção: 453 - Transportes Coletivos Urbanos

Programa: 0013 - Infraestrutura e Logística

Ação.....: 1004 - Melhorias no Transp.e Trânsito Urbano

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 109.072,45

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0008 - Educação Básica

Ação.....: 1027 - Construção de Quadra Poliesportiva nas U nidades de Educação Básica

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 134.165,61

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0009 - Esporte e Lazer

Ação.....: 2024 - Incentivo á Cultura e ao Lazer do Munici pio

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 58.122,29

Ação.....: 2025 - Manutenção das Atividades Culturais e Da tas Comemorativas no Município

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 145.585,21

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2014 - Funcionamento da Secretaria de Obras e S erviços Urbanos

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 2.904.903,52

Subfunção: 451 - Infra Estrutura Urbana

Programa: 0013 - Infraestrutura e Logística

Ação.....: 1005 - Construção, Reforma e Ampliação de Prédi os Públicos

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 74.105,92

Ação.....: 1006 - Construção de Praças Púbiacas e Areas Arborizadas

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 30.272,03

Ação.....: 1007 - Aquisição de Terrenos para Obras Pública s

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 121.088,10

Ação.....: 1008 - Recuperação e Pavimentqação das Vias Urb anas

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 637.445,30

Ação.....: 1009 - Investimento em Obras de Infra Estrutura Urbana
Descrição: .

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 461.896,45

Ação.....: 1062 - Construção do prédio da Guarda Municipal
Descrição: .

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 100.000,00

Ação.....: 1067 - Revitalização e iluminação dos canteiros centrais arborizados das vias
Descrição: .

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 50.000,00

Subfunção: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0013 - Infraestrutura e Logística

Ação.....: 1010 - Implantação/Manutenção do Saneamento Bás ico Urbano

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 84.761,67

Ação.....: 2015 - Manutenção de Prédicos e Logradouros Púb licos

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 130.775,15

Função: 17 - Saneamento

Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano

Programa: 0013 - Infraestrutura e Logística

Ação.....: 2016 - Manutenção do Programa Coleta de Lixo

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 73.081,36

Programa: 0014 - Meio Ambiente

Ação.....: 1011 - Implantação do Aterro Sanitário Municípa l

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 30.272,03

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 542 - Controle Ambiental

Programa: 0014 - Meio Ambiente

Ação.....: 1016 - Construção e Manutenção do Parque Zoobot ânico

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 363.571,71

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0003 - Agropecuária e Pesca

Ação.....: 2010 - Manutenção do Conselho Municipal de Dese nvolvimento Rural - CMDR

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 19.616,27

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2009 - Funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.616.768,31

Subfunção: 605 - Abastecimento

Programa: 0002 - Agricultura Familiar

Ação.....: 1003 - Implantação do Projeto Campineira

Unidade de medida: Projeto Quantidade 2020: 1
Valor total: 66.114,10

Programa: 0003 - Agropecuária e Pesca

Ação.....: 1001 - Investimento na Qualidade da Produção Agropecuária.

Unidade de medida: Projeto Quantidade 2020: 1
Valor total: 145.849,77

Ação.....: 1002 - Aquisição de Equip. e Máquinas Agricolas

Unidade de medida: Projeto Quantidade 2020: 1
Valor total: 652.907,04

Ação.....: 1068 - Reforma da Feira do Produtor Ruaral localizada no KM 100
Descrição: .

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 100.000,00

Subfunção: 606 - Extensão Rural

Programa: 0002 - Agricultura Familiar

Ação.....: 2011 - Promover e Incentivar a qualificação dos Produtores Rurais

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 104.620,12

Programa: 0003 - Agropecuária e Pesca

Ação.....: 2012 - Promover Investimento a Produção e Escoa mento dos Produtos Rurais

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 82.697,63

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 0002 - Agricultura Familiar

Ação.....: 2013 - Promover o Incentivo as Cooperativas Loc ais

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 26.155,03

Função: 25 - Energia

Subfunção: 752 - Energia Elétrica

Programa: 0013 - Infraestrutura e Logística

Ação.....: 1012 - Ampliação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública Municipal

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 159.957,38

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0013 - Infraestrutura e Logística

Ação.....: 1013 - Construção e Recupeção de Pontes e Bueir os

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 123.388,77

Ação.....: 1014 - Abertura e Manutenção de Estradas Vicina is

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 377.431,61

Ação.....: 1045 - Construção da rodoviária do município
Descrição: .

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 100.000,00

Ação.....: 1070 - Construção da Garagem Municipal
Descrição: .

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 100.000,00

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 0009 - Esporte e Lazer

Ação.....: 1017 - Construção de Ginásio Poliesportivo

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 136.224,11

Ação.....: 1018 - Construção do Estadio Municipal de Futeb ol

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 143.731,57

Ação.....: 2026 - Manut. da Secretaria Municipal de Esport e

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 136.438,36

Ação.....: 2027 - Incentivo ao Esporte Amador

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 25.428,50

Subfunção: 813 - Lazer

Programa: 0009 - Esporte e Lazer

Ação.....: 1048 - Construção do Parque Aquático do Município
Descrição: .

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 50.000,00

Ação.....: 1049 - Construção da Praça dos 3 Poderes no KM 02
Descrição: .

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 50.000,00

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 841 - Refinanciamento da Dívida Interna

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 0001 - Amortização da Divida Contratada

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.222.202,74

Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 0002 - Encargos com o PASEP

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 484.352,40

Função: 99 - Reserva de Contingência

Subfunção: 999 - Reserva de Contingência

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 9001 - Reserva de Contingência

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.210.881,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 21.755.036,50

Órgão: 11 - Câmara Municipal

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 - Ação Legislativa

Programa: 0001 - Ação Legislativa

Ação.....: 2028 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Mun icipal

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 2.218.333,99

Subfunção: 124 - Controle Interno

Programa: 0001 - Ação Legislativa

Ação.....: 2029 - Manutenção do Controle Interno

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 48.435,24

Subfunção: 131 - Comunicação Social

Programa: 0001 - Ação Legislativa

Ação.....: 2030 - Publicidade Legislativa

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 36.326,42

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 2.303.095,65

Órgão: 12 - Fundo de Manut.e Desenv. do Ensino da Ed

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0008 - Educação Básica

Ação.....: 1019 - Ampliação da Frota do Transporte Escolar - FUNDEB

Unidade de medida: Projeto Quantidade 2020: 1
Valor total: 242.176,20

Ação.....: 1020 - Construção, Reforma e Ampliação das Esco sino Fundamental-FUNDEB

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 820.977,32

Ação.....: 2031 - Manutenção do Ensino Fundamental - 40% F UNDEB

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 7.227.506,51

Ação.....: 2032 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental - 60% FUNDEB

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 10.624.885,18

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 0008 - Educação Básica

Ação.....: 1021 - Construção, Reforma e Ampliação das Esco las de Ensino Infantil-FUNDEB

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 242.176,20

Ação.....: 2034 - Desenvolvimento do Ensino Infantil-60% F UNDEB

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 2.979.978,14

Ação.....: 2035 - Manutenção do Ensino Inf. - 40% FUNDEB

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 2.147.497,45

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 24.285.197,00

Órgão: 13 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0017 - Saúde

Ação.....: 1022 - Construção, Reforma e Ampliação das Unid ades de Saúde do Município

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 282.498,54

Ação.....: 2037 - Funcionamento da Secretaria de Saúde-FMS

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.459.838,13

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2036 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúd e FMS

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 108.979,29

Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2038 - Promover a Captação de Recursos Humanos da Secretaria

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 25.428,50

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 0017 - Saúde

Ação.....: 1023 - Aquisição de Veículos e Ambulâncias

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 204.396,71

Ação.....: 2040 - Manutenção do Programa Saúde da Família

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.430.050,46

Ação.....: 2041 - Convênio Ações em Saúde

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 274.627,81

Ação.....: 2042 - Manutenção do Programa de Atenção Básica PAB FIXO

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.958.367,23

Ação.....: 2043 - Manutenção das Campanhas de Vacinação

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 15.741,45

Ação.....: 2044 - Manutenção do Programa Saúde Bucal

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 194.951,84

Ação.....: 2045 - Compensação de Especificidades Regionais

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 15.741,45

Ação.....: 2046 - Atenção Primária

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 290.611,44

Ação.....: 2047 - Manutenção do Programa Mais Médicos

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 189.745,05

Ação.....: 2048 - Manutenção do Programa de Agentes Comuni tários-PACS

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 2.118.194,13

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0017 - Saúde

Ação.....: 2050 - Teto Municipal da Média e Alta Complexid ade Ambulatorial e Hospitalar

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 2.363.155,36

Ação.....: 2051 - Funcionamento dos Postos de Saúde

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 105.952,09

Ação.....: 2052 - Funcionamento do Hospital Municipal

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 5.110.038,91

Ação.....: 2053 - Tratamento Fora do Município-TFD

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 145.305,72

Ação.....: 2055 - Serviço de Atendimento Móvel as Urgencia s

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 108.979,29

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2049 - Contribuição ao CISAT-Consórcio Interm. de Saúde do Araguaia e do Tocantins

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 463.404,16

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 0017 - Saúde

Ação.....: 2056 - Manutenção do Programa de Assistência Fa rmaceutica Básica

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 186.233,50

Ação.....: 2057 - Manutenção de Outros Programas de Transf erencias do FNS

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 184.053,91

Ação.....: 2058 - Manutenção do Programa de Ações Básicas de Vigilância Sanitária

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 75.074,62

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 0017 - Saúde

Ação.....: 2059 - Manutenção do Programa Teto Financeiro d e Vigilância em Saúde

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 900.925,74

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 18.212.295,33

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2060 - Funcionamento da Secretaria de Assistenc ia Social-FMAS

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.809.903,83

Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso

Programa: 0007 - Direitos Socioassistenciais

Ação.....: 2061 - Assistencia ao Idoso

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 18.163,22

Subfunção: 242 - Assistência ao Portador de Deficiência

Programa: 0007 - Direitos Socioassistenciais

Ação.....: 1024 - Constr. do Prédio p/ Atendimento as Pess oas Portadoras de Necessidades Especiai

Unidade de medida: Projeto Quantidade 2020: 1
Valor total: 64.176,69

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0007 - Direitos Socioassistenciais

Ação.....: 2062 - Manutenção do Conselho Tutelar

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 135.305,72

Ação.....: 2063 - Manutenção de Outros Programas Transferi dos pelo FNAS

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 14.530,57

Ação.....: 2064 - Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 71.441,98

Ação.....: 2065 - Manutenção do Programa de Atenção à Cria nça-PAC

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 31.482,91

Ação.....: 2067 - Apoio e Manutenção do Programa PROJOVEM

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 89.968,46

Ação.....: 2068 - Manutenção dos Programas "Idade Feliz", "Cuida de Mim" e "Pro-jovem Adolescente"

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 69.020,22

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2066 - Manutenção do Conselho Municipal de Assi stência Social

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 20.584,98

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0007 - Direitos Socioassistenciais

Ação.....: 1025 - Construção do Centro Multifuncional de A poio à Família

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 50.372,65

Ação.....: 1026 - Construção do Centro de Formação e Profi ssionalização da Mulher

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 41.775,39

Ação.....: 2069 - Manutenção do Programa de Geração de Emp rego e Renda

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 8.476,17

Ação.....: 2070 - Manutenção do Programa de Hortas Comunit árias

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 30.272,03

Ação.....: 2071 - Manutenção do PAIF-Programa Atenção Inte gral à Família

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 54.610,73

Ação.....: 2072 - Manutenção do IGD-Índice de Gestão Desce ntralizada

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 88.273,22

Ação.....: 2073 - Manutenção do CRAS-Centro de Referência da Assistência Social

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 165.890,70

Ação.....: 2074 - Manutenção da Casa de Passagem

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 78.707,27

Ação.....: 2075 - Manutenção do Fundo SCFV

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 110.795,61

Ação.....: 2076 - Manutenção dos Benefícios Eventuais

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 4.843,52

Ação.....: 2077 - Manutenção dos CREAS

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 68.051,51

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0017 - Saúde

Ação.....: 2054 - Manutenção do CAPS

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 524.209,16

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 3.550.856,54

Órgão: 15 - Fundo Municipal de Educação

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 0017 - Saúde

Ação.....: 2039 - Promover Campanhas Educativas de Prevenç ão de Doenças

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 13.319,69

Função: 12 - Educação

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0017 - Saúde

Ação.....: 2080 - Manutenção do Programa Nacional de Alime ntação Escolar

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 907.434,22

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0008 - Educação Básica

Ação.....: 1028 - Construção, Reforma e Ampliação de Escol as de Ensino Fundamental

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 242.176,20

Ação.....: 1029 - Projeto Água na Escola

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 262.155,74

Ação.....: 1030 - Ampliação da Frota do Transporte Escolar

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 110.190,17

Ação.....: 1069 - Construção de 03 escolas modelo nas vilas Gravatá, Viveiro e Tancredo Neves
Descrição:

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.000.000,00

Ação.....: 2033 - Manutenção do Transporte Escolar

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 4.060.568,35

Ação.....: 2082 - Manutenção do Transporte Escolar-Outras Fontes

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 732.704,09

Ação.....: 2083 - Manutenção das Ações Vinculadas ao Salár io Educação

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 415.034,16

Ação.....: 2084 - Manutenção do Ensino Fundamental

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 484.034,16

Ação.....: 2085 - Manutenção do Programa Dinheiro Direto n a Escola-PDDE

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 19.374,10

Ação.....: 2086 - Manut. da Educação de Jovens e Adultos/P ROJOVEM

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 403.586,64

Ação.....: 2087 - Manutenção de Outros Programas Vinculado s ao FNDE

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 51.462,44

Ação.....: 2088 - Manutenção do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar-PNATE

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.125.029,54

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2081 - Funcionamento da Secretaria de Educação

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 1.228.196,60

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 0008 - Educação Básica

Ação.....: 1031 - Construção, Reforma e Ampliação de Escol as de Ensino Infantil

Unidade de medida: Projeto Quantidade 2020: 1
Valor total: 282.498,54

Ação.....: 2089 - Manutenção do Ensino Infantil

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 121.088,10

Subfunção: 367 - Educação Especial

Programa: 0008 - Educação Básica

Ação.....: 2090 - Manutenção do Ensino para Excepcionais

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 24.217,62

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0008 - Educação Básica

Ação.....: 2091 - Manutenção da Biblioteca Publica

Unidade de medida: Atividade Quantidade 2020: 1
Valor total: 48.753,46

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 11.531.823,82

Órgão: 16 - Fundo Municipal de Habitação

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 482 - Habitação Urbana

Programa: 0011 - Habitação

Ação.....: 1032 - Construção de Casas Populares

Unidade de medida: Projeto — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 151.360,13

Ação.....: 2092 - Funcionamento do Fundo Mun. Habitação de Interesse Social

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 240.480,97

Ação.....: 2093 - Manutenção do Conselho Gestor do Fundo M unicipal Habitação de Interesse Social

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 54.489,65

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 446.330,75

Órgão: 17 - Fundo Mun. da Criança e do Adolescente

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 0007 - Direitos Socioassistenciais

Ação.....: 2078 - Man. Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente

Unidade de medida: Atividade — Quantidade 2020: 1 — Valor total: 102.924,89

Programa: 0020 - Manutenção da Gestão

Ação.....: 2079 - Manutenção do Conselho Municipal dos Dir eitos da Criança e do Adolescente

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 19.374,10

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 122.298,99

Órgão: 18 - Fundo Municipal do Meio Ambiente

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0014 - Meio Ambiente

Ação.....: 2020 - Funcionamento da Secretaria de Meio Ambi ente

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 467.214,20

Ação.....: 2021 - Ações com Revitalização Ambiental

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 8.476,17

Ação.....: 2022 - Fomento a Recuperação de Áreas Degradada s

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 60.544,05

Subfunção: 542 - Controle Ambiental

Programa: 0014 - Meio Ambiente

Ação.....: 1015 - Implantação do Programa Ambiental

Unidade de medida: Projeto
Quantidade 2020: 1
Valor total: 159.351,94

Ação.....: 1060 - Aquisição de uma área industrial do Município
Descrição: .

Unidade de medida: Atividade
Quantidade 2020: 1
Valor total: 50.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO..... Valor 2020 745.586,36

TOTAL GERAL..... Valor 2020 82.952.520,94